

# Sumário

Número de notícias: 24 | Número de veículos: 20

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Como recuperar declaração ..... 3

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Declaração de IRPF pré-preenchida pode conter erros, alertam especialistas ..... 5

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
SEGURIDADE SOCIAL

Valor de imóvel desapropriado por utilidade pública é isento ..... 6

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
SEGURIDADE SOCIAL

Proposta sobre fundos de pensão gera debate ..... 7

FOLHA ONLINE - SP  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda: veja as deduções que aumentam a restituição (Imposto de Renda) ..... 8

G1 - NACIONAL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Imposto de Renda 2022: o que mudou em relação a 2021? ..... 10

PORTAL UOL - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

BC perde controle da inflação em 2022 e agora mira 2023; o que deu errado? ..... 12

O ESTADO DE S. PAULO - CULTURA E COMPORTAMENTO  
SERVIDOR PÚBLICO

'Investimento público caiu aos níveis de 1940' - DIRETO DA FONTE - SÔNIA RACY ..... 14

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

O antagonismo das ações governamentais para o setor químico nacional (Artigo) ..... 16

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Alíquota única do ICMS dos combustíveis e seu impacto (Artigo) ..... 18

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Menos de 10% de fundos de teles volta para o setor ..... 19

CORREIO BRAZILIENSE - ON LINE - NOTÍCIAS  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Preço da gasolina: o que pode mudar após queda do dólar, segundo economistas ..... 20

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Governos agem para minimizar impacto dos preços de energia ..... 23

O GLOBO - RJ - SEGUNDO CADERNO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Lollapalooza: tributos e protestos na retomada ..... 26

VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

BC terá de rever plano de voo se expectativas piorarem, diz Berriel ..... 27

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO  
ECONOMIA

Precisamos entender o futuro dos jovens (Artigo)..... 28

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

Brasileiros esperam mais inflação, perda do poder de compra do salário e desemprego  
..... 30

FOLHA DE S. PAULO - SP - FOLHAINVEST  
ECONOMIA

China e Rússia usam crise para engatilhar uma nova ordem mundial (financeira) - MARCOS  
DE VASCONCELLOS  
..... 32

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
ECONOMIA

O Brasil na nova ordem mundial (Editorial)..... 34

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

No Brasil, novos temporais trazem velhos problemas (Editorial)..... 35

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
ECONOMIA

Arrocho salarial..... 36

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Guerra puxa commodities e balança pode ter recorde..... 37

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
ECONOMIA

Combate à covid na China afeta equilíbrio das commodities..... 38

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA  
POLÍTICA

Reforma ministerial..... 39

# Como recuperar declaração



**FERNANDA STRICKLAND, MARIA EDUARDA ANGELI\***

O prazo para a entrega das declarações do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF) está correndo e um problema recorrente é recuperar a declaração e/ou recibos anteriores. O contribuinte que teve algum problema nos arquivos do computador onde costumava salvar os comprovantes pode acessá-los facilmente no portal e-CAC, da **Receita Federal**. Para isso, é preciso ter uma conta no site Gov.br de níveis prata ou ouro.

Na terceira semana de prestação de contas ao Leão, a **Receita Federal** recebeu 22,77% do total previsto. Até às 16h de sexta-feira (25) foram entregues 7.765.789 declarações. A expectativa do órgão é de que 34,1 milhões de declarações sejam enviadas até o fim do prazo, em 29 de abril.

Sergio Allan Cabral, contador especialista em tributação e previdência, recorda que, para os declarantes que pretendem usar a versão pré-preenchida do documento, é necessário ter uma conta na página ou no aplicativo Gov.br.

"A partir do momento que você faz o download automático, é como se o programa dentro do seu computador tivesse conectado direto da base de dados da **Receita Federal**. Ele faz o download de todo o cadastro, com os dados das fontes pagadoras, de serviços médicos de saúde e das declarações das operações imobiliárias que ocorreram no CPF do

contribuinte", explica.

"E para aquelas pessoas que estão declarando a primeira vez Imposto de Renda, você vai ter que fazer todo o preenchimento inicial de cadastro de bens, e tudo então fica mais mecânico. A sugestão que eu faço é primeiramente fazer o cadastro do Gov.br e tentar fazer o login no sistema para que você tenha toda essa base de dados já atualizada, facilita bastante", salienta Cabral.

Quem já declarou o IRPF deve, inicialmente, procurar o arquivo no mesmo computador usado para prestar contas no ano anterior, orienta Cabral. "É importante falar que, se você fez dentro do seu computador, esse arquivo fica numa pasta específica, então a partir do momento que você programa a declaração de 2022, o sistema já vai procurar a pasta específica dentro do computador e já vai importar os dados do ano passado", afirma.

O contribuinte consegue recuperar os arquivos na plataforma e-CAC, da Receita. Com a conta níveis prata ou ouro no Gov.br, o contribuinte que precisa recuperar a última declaração pode acessar este endereço. Nessa página, estão disponíveis as cinco últimas declarações do IRPF. Basta clicar no botão verde iniciar e acessar pelo cadastro do Gov.br, sem a necessidade de digitar os números dos recibos anteriores que são solicitados no e-CAC. Para obter cópia do recibo, basta clicar aqui. Com isso, é possível evitar filas nos atendimentos presenciais ou telefônicos.

Se as declarações e recibos anteriores não estiverem disponíveis na página, o contribuinte também pode fazer o pedido da cópia pelo Chat RFB, com acesso também pelo e-CAC. No caso de a declaração for de pessoa jurídica, quem estiver requisitando deve constar no quadro de sócios e administradores do Cadastro Nacional Pessoa Jurídica (CNPJ).

Em todo os casos, é necessário estar em posse do formulário de solicitação de cópias (disponível no site da Receita), documento de identificação oficial do contribuinte; documento de identificação oficial do representante legal, se utilizado; documento que comprove a condição de representante legal (contrato social, estatuto ou ata) e última alteração, em caso de empresa; e certidão de óbito, em caso de espólio.

Para declarações de imóvel rural deve-se apresentar um documento que identifique o imóvel rural e

comprove a posse, se a informação não estiver atualizada no sistema da **Receita Federal**, como matrícula do imóvel no Cartório de Registro de Imóveis; ou escritura/contrato/compromisso de compra e venda; ou Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR-INCRA). Se requerido por procurador, é exigida procuração, bem como documento de identificação oficial do procurador.

#### Certificado digital

Além disso, a assinatura com certificado digital pelo e-CAC dispensa a necessidade de juntar documentos de identificação, e o uso de procuração eletrônica no e-CAC dispensa a necessidade de juntar procuração.

Se o contribuinte optar por realizar a impressão em papel em uma unidade presencial de atendimento, o custo é de R\$ 10 entre 11 e 30 folhas. A partir disso, o valor fica em R\$ 0,30 por cópia excedente. É possível, porém, armazenar as informações em um pendrive próprio.

Se a cópia não puder ser fornecida imediatamente, o atendente fornecerá um número de processo que permitirá a obtenção da declaração. Se a solicitação for feita presencialmente, os documentos ficarão disponíveis para retirada naquela unidade, e podem levar até 30 dias corridos para serem recebidos.

\*Estagiária sob a supervisão de Rosana Hessel

# Declaração de IRPF pré-preenchida pode conter erros, alertam especialistas

*Joice Bacelo Do Rio*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)

# Valor de imóvel desapropriado por utilidade pública é isento

Não há IR sobre a indenização nos casos de desapropriação de imóvel por utilidade pública ou por interesse social. Dessa forma, o valor recebido, menos o custo de aquisição, é rendimento isento.

\* Vendi um imóvel por RS 600 mil. O comprador me pagou RS 300 mil e quitou meu saldo devedor na Caixa. Com os RS 300 mil, comprei outro imóvel dentro do prazo de 80 dias. Estou isento do ganho de capital? (J.C.P.). Não. Como ocorreu a aplicação parcial do valor da venda, a diferença terá de ser tributada pelo programa GCap202i.

Fui diagnosticada com doença grave em dezembro de 2021. Notifiquei o **INSS** e fui isenta em fevereiro de 2022. O **INSS** não indicou isenção de doença grave no informe de rendimentos. Como declaro? (B.V.P.). Declare conforme os dados do informe de rendimentos. Caso o laudo pericial oficial reconheça a moléstia grave desde dezembro de 2021, faça novo requerimento ao **INSS** para que seja regularizado o termo inicial da doença atestada no laudo para fins de isenção do IR. Exija também um comprovante de rendimentos atualizado.

Meu pai morreu em setembro de 2021. Ele tinha um VGBL e eu era seu beneficiário. Como declaro a entrada desse dinheiro? E no IR dele? (A.B.). Quando você recebeu o VGBL, incidiu IR sobre a diferença entre o valor recebido e o aplicado, conforme a opção pelo regime de tributação feita por seu pai na época. Assim, informe na ficha Rendimentos Tributáveis Recebidos de PJ, se a opção foi pela tabela progressiva, ou na ficha Rendimentos Sujeitos à Tributação Exclusiva/Definitiva, se a opção foi pela tabela regressiva. Na Declaração de Espólio, dê baixa do VGBL na ficha Bens e Direitos (grupo 99, código 06), informando nos campos específicos a localização e o CNPJ da instituição financeira. No campo Discriminação, informe o nome da instituição financeira, número da conta, dados da apólice e CNPJ da sociedade seguradora. Informe o valor nos campos Situação na Data da Partilha e Valor de Transferência.

Tinha imóvel que foi desapropriado pela prefeitura por interesse público. Houve negociação amigável e recebi o valor. Como declaro? (L.G.M.). Não há IR sobre a indenização decorrente de desapropriação por utilidade pública ou por interesse social. O valor recebido, menos o custo de aquisição do imóvel

declarado na ficha Bens e Direitos, é lançado na ficha Rendimentos Isentos e Não Tributáveis, código 26. Informe o nome, o CPF/CNPJ da fonte pagadora, a descrição e o valor. Baixe o bem na ficha Bens e Direitos. Repita o valor do campo 2020 e deixe em branco o de 2021.

É possível declarar gastos com quiropraxia como despesa médica? (D.A.S.). Não, pois não há previsão legal.

**Site:**

<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49863&anchor=6452884&pd=e31ff5989d49d72ef3bd23069c55daed>

# Proposta sobre fundos de pensão gera debate

***Edna Simão De Brasília***

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)

**Site:**

**[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)**

# Imposto de Renda: veja as deduções que aumentam a restituição (Imposto de Renda)

**Suzana Petropouleas**

Declarar gastos com saúde, educação e outras despesas permitidas no Imposto de Renda 2022 aumenta o valor da restituição a ser recebida ou diminui o imposto a ser pago. Na declaração simplificada, o limite máximo a ser deduzido é R\$ 16.754,34. A declaração pode ser entregue até as 23h59 do dia 29 de abril, e o programa para preencher e enviar o IR está disponível no site da **Receita Federal**.

No formato completo, as despesas que geram restituição incluem gastos com dependentes, educação formal, saúde, pensão alimentícia, previdência privada, doações a instituições filantrópicas e, para autônomos, contribuições ao **INSS** e gastos com Livro-Caixa.

Segundo o gerente sênior da área de **impostos** da consultoria EY, Felipe Coelho, é preciso cuidado na hora de comprovar os gastos declarados e detalhar as despesas com notas fiscais, recibos ou comprovantes bancários. Esse é, segundo Coelho, um dos principais motivos que levam contribuintes à malha fina .

Variações grandes no volume de gastos do declarante entre um ano e outro também podem fazê-lo cair na revisão da Receita, diz Coelho. Nesse caso, será preciso justificar a mudança e comprovar as despesas.

Cada categoria de gasto possui regras diferentes para a dedução. Há as que tenham limite, como no caso de educação e despesa com dependentes, ou há as deduções sem limites, como é o caso das despesas com saúde.

A dedução é de R\$ 2.275,08 por dependente . Filhos, enteados, pais, sogros, irmãos e parceiros do mesmo sexo podem ser incluídos, mas há regras específicas . Filhos devem constar como dependentes exclusivamente na declaração de um dos pais, se a mesma não for realizada em conjunto pelo casal.

Já os pais do declarante só podem entrar como dependentes se tiverem recebido rendimentos, tributáveis ou não, de até R\$ 22.847,76 em todo o ano de 2021.

Não há limite de dedução com gastos médicos, mas,

por isso mesmo, a Receita analisa com cuidado especial os gastos com saúde para evitar fraudes. Um erro comum cometido pelos contribuintes, segundo Coelho, é esquecer ou omitir os valores reembolsados por planos de saúde.

É preciso especificar quanto foi devolvido ao titular do plano, diz o especialista. A dedução será aplicada sobre os valores não reembolsados.

Em 2022, exames de Covid-19 feitos em laboratórios e hospitais também poderão ser deduzidos ( veja como ), mas a medida não vale para testes feitos em farmácias ou autotestes.

As despesas de instrução geram dedução de R\$ 3.561,50 por dependente e podem incluir o declarante, explica Valdir Amorim, coordenador técnico jurídico e tributário do IOB. Um pai que faz pós-graduação e paga o colégio do filho, por exemplo, poderá deduzir o dobro do valor, R\$ 7.123.

Mas as deduções valem apenas para gastos com educação formal, como colégios, cursos técnicos e faculdades. Cursos de idiomas e aulas particulares, por exemplo, não podem ser deduzidos.

Pensão determinada pela Justiça ou em acordo homologado em cartório paga a filho ou ex-cônjuge pode ser deduzida do IR. Pensões pagas voluntariamente ou após acordo verbal não podem ser deduzidas. A pessoa que recebe o valor entra na declaração como "alimentando" do contribuinte e o que foi pago pode ser deduzido integralmente.

Alimentandos não podem ser incluídos como dependentes na mesma declaração, exceto no ano em que os pais se separaram.

Contribuições para a **Previdência Social** feitas pelo autônomo podem ser deduzidas em seu valor total, sem limite.

Já gastos com previdência privada do tipo PGBL (Plano Gerador de Benefício Livre) ou Fapi (Fundo de Aposentadoria Programa Individual) podem ser deduzidos em até 12% do rendimento tributável no ano declarado.

Se o rendimento tributável for de R\$ 100 mil, por

exemplo, é possível deduzir até R\$ 12 mil com a previdência privada.

Trabalhadores autônomos podem deduzir a contribuição mensal paga ao **INSS** e os gastos escriturados no Livro-Caixa, composto pelas despesas decorrentes do exercício da atividade.

**Site:**

**<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/03/imposto-de-renda-veja-as-deduocoes-que-aumentam-a-restituicao.shtml>**

# Imposto de Renda 2022: o que mudou em relação a 2021?

## Por g1

As regras básicas do Imposto de Renda 2022 não sofreram alterações em relação ao ano passado. Tanto os casos obrigatórios como faixas de renda continuam iguais.

A atenção do contribuinte deve estar em duas pequenas mudanças: o prazo para declaração não deve sofrer alargamento como aconteceu em 2020 e 2021. E, agora, será possível receber a restituição do IR por PIX.

## TUDO SOBRE O IMPOSTO DE RENDA 2022

Veja abaixo os pontos de atenção.

Qual o prazo para entregar a declaração?

O prazo de apresentação da declaração ano-base 2021 começa em 7 de março e vai até 29 de abril, segundo a **Receita Federal**.

Tanto o preenchimento quanto a entrega da declaração devem ser feitas por meio do programa gerador do Imposto de Renda 2022, disponível no site da Receita ou por aplicativo para celular.

Neste ano há também a possibilidade de declaração pré-preenchida. Esse tipo de declaração, segundo a Receita, já contém várias informações úteis que facilitam o preenchimento.

Desde o ano passado, a modalidade está disponível para contribuintes que tenham conta gov.br (acesso.gov.br), além dos que tenham certificado digital. Para ter acesso em 2022, o contribuinte deverá ter contas com nível ouro ou prata.

Quem precisa declarar o Imposto de Renda em 2022?

quem recebeu rendimentos tributáveis acima de R\$ 28.559,70 em 2021. O valor é o mesmo da declaração do IR do ano passado. **ATENÇÃO:** o Auxílio Emergencial é considerado rendimento tributável para contribuintes que receberam rendimentos isentos, não-tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte, cuja soma tenha sido superior a R\$ 40 mil no ano passado; quem obteve, em qualquer mês de 2021, ganho de capital na alienação de bens ou

direitos, sujeito à incidência do imposto, ou realizou operações em bolsas de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhadas; quem teve, em 2021, receita bruta em valor superior a R\$ 142.798,50 em atividade rural; quem tinha, até 31 de dezembro de 2021, a posse ou a propriedade de bens ou direitos, inclusive terra nua, de valor total superior a R\$ 300 mil; quem passou para a condição de residente no Brasil em qualquer mês e se encontrava nessa condição até 31 de dezembro de 2021; quem teve isenção de imposto sobre o ganho de capital na venda de imóveis residenciais, seguido de aquisição de outro imóvel residencial no prazo de 180 dias;

Quais as faixas do Imposto de Renda 2022?

A tabela do Imposto de Renda 2022 não teve nenhum reajuste em relação ao ano anterior. As faixas, inclusive, não mudam desde 2015 e acumulam distorções.

Estão isentos, portanto, os rendimentos mensais menores que R\$ 1.903,98. A faixa máxima atinge os salários acima de R\$ 4.664,68.

Faixa 1: Até R\$ 1.903,98: isento  
Faixa 2: De R\$ 1.903,99 até R\$ 2.826,65: 7,5%  
Faixa 3: De R\$ 2.826,66 até R\$ 3.751,05: 15%  
Faixa 4: De R\$ 3.751,06 até R\$ 4.664,68: 22,5%  
Faixa 5: Acima de R\$ 4.664,68: 27,5%

O imposto não é cobrado sobre todo o salário - o que é descontado em **INSS**, por exemplo, não entra na conta.

Além disso, as alíquotas não são cobradas integralmente sobre os rendimentos. Quem ganha R\$ 4 mil por mês, por exemplo (e se encaixa na faixa 4 acima), não paga 22,5% sobre toda a parte tributável do salário. Veja aqui como funcionam as faixas do IR.

Preciso declarar o Auxílio Emergencial?

Para que um beneficiário do auxílio emergencial seja isento, a soma dos rendimentos tributáveis recebidos no ano passado não pode ter ultrapassado o patamar de R\$ 28.559,70. O auxílio emergencial deve ser incluído no cálculo deste limite padrão para a não obrigatoriedade de declaração.

Ou seja, o fato de receber auxílio emergencial não obriga a declarar IR, mas se somando o valor do benefício recebido em 2021 com outros rendimentos a pessoa tiver rendimentos tributáveis acima de 28.559,70, precisa declarar.

Neste ano, porém, não há mais a previsão legal de devolução de valores do auxílio emergencial por meio do programa do Imposto de Renda. Saiba mais aqui.

Como será a restituição por PIX?

Em 2022, o contribuinte poderá receber a restituição do imposto de renda via PIX. Mas o crédito nesta modalidade será feito somente para chave PIX igual ao CPF do titular da declaração. Não serão aceitos telefone, e-mail ou chave aleatória.

Para quem tem imposto a recolher, o pagamento de DARF do IR poderá ser feito por PIX também. O documento virá com o código de barras para permitir o pagamento.

**Site:** <https://g1.globo.com/economia/imposto-de-renda/noticia/2022/03/28/imposto-de-renda-2022-o-que-mudou-em-relacao-a-2021.ghtml>

# BC perde controle da inflação em 2022 e agora mira 2023; o que deu errado?

**Fabrizio de Castro**

Pelo segundo ano consecutivo, o Banco Central não cumprirá sua meta de controle da **inflação**. Após ver o IPCA, o índice oficial de preços, superar os 10% em 2021, bem acima do objetivo de 3,75%, o órgão enfrenta neste ano a perspectiva de uma **inflação** superior a 6%, para uma meta de 3,5%. Economistas ouvidos pelo UOL foram unânimes: 2022 está perdido para o controle da **inflação**.

A preocupação agora é se o BC conseguirá enfim segurar a **inflação** em 2023, em meio às pressões de preços trazidas por combustíveis, commodities e pelas consequências das ações do governo Bolsonaro neste ano eleitoral.

Pelo sistema atual, o BC precisa atingir uma meta específica de **inflação** todo ano. Para isso, ele utiliza a Selic, a taxa básica de juros da economia, atualmente em 11,75% ao ano.

Ao elevar a Selic, o órgão também torna mais caras as operações de crédito para empresas e consumidores, o que contribui para desaquecer a economia. O resultado, em tese, é uma **inflação** menor.

O problema é que, em meio à pandemia de covid-19, o BC tem tido dificuldades para controlar a **inflação**, mesmo com uma Selic mais elevada.

Abaixo estão as metas dos últimos anos e os intervalos de tolerância (quando se considera que o BC cumpriu o objetivo). Além disso, aparecem a **inflação** medida de fato e as projeções do mercado financeiro. Estão destacados os percentuais de quando o BC não cumpriu a meta (ficou fora do intervalo de tolerância) e a projeção para 2022, que indica perspectiva de novo descumprimento.

Metas de **inflação**, resultados e projeções no ano:

Embora o primeiro trimestre de 2022 nem tenha se encerrado, os economistas apontam que já não é possível, para o BC, segurar a **inflação**. A escalada dos preços, que se intensificou no ano passado, vai continuar neste ano, ainda que numa intensidade menor.

A guerra entre Rússia e Ucrânia, que fez os preços

dos combustíveis dispararem, tornou a tarefa de controlar a **inflação** ainda mais difícil.

Para o economista Alexandre Schwartzman, sócio da consultoria Schwartzman & Associados, o desafio agora é segurar os preços em 2023.

O economista Mailson da Nóbrega, que foi ministro da Fazenda entre 1988 e 1990, concorda que o trabalho atual do BC é evitar que a **inflação** fique acima da meta de 2023.

Os economistas ouvidos pelo UOL afirmam que uma série de choques inflacionários -eventos inesperados, que levam à alta de preços em diferentes setores- dificultaram a atuação do BC nos últimos anos.

Sob o comando de Roberto Campos Neto, o BC cumpriu a meta de **inflação** em 2019 e 2020, mas perdeu a batalha contra os preços em 2021 e, ao que tudo indica, em 2022.

Entre os fatores que contribuíram para isso estão:

O que deu errado? O BC do Brasil sofreu o que os bancos centrais de todos os países sofreram: surpresas inflacionárias vindas da pandemia, resume o economista Mailson da Nóbrega. Além disso, o país foi atingido por choques internos. Foi uma combinação raramente vista.

Algumas das medidas do governo Bolsonaro na área econômica, anunciadas recentemente, também contribuem para a **inflação** em 2022. Em 17 de março, o governo lançou um pacote com potencial para injetar R\$ 150 bilhões na economia.

Entre as medidas, está a antecipação do pagamento do 13º salário dos aposentados e pensionistas do **INSS**. O montante total é de R\$ 56,7 bilhões.

Além disso, o governo anunciou a liberação de até R\$ 1.000 do FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) para os trabalhadores, com impacto total de R\$ 30 bilhões.

As duas medidas buscam estimular a economia, no ano em que o presidente Jair Bolsonaro (PL) tentará a reeleição.

O economista-chefe da Greenbay Investimentos, Flavio Serrano, afirma que, no caso do 13º, ocorrerá apenas um deslocamento da liberação de recursos, do fim do ano para abril e maio. Assim, pode até ocorrer um aumento do consumo -e da **inflação**- no curto prazo, mas esse é apenas um movimento antecipado do fim de 2022.

No caso do FGTS, no entanto, haverá liberação de recursos novos na economia. É um aumento discreto de renda, que pode virar consumo , diz Serrano. Aí há uma pressão sobre a **inflação**.

Só que o governo não está aumentando permanentemente a renda do consumidor. O impacto na **inflação** é de curto prazo, vai ocorrer em 2022 , declara Serrano.

O próprio BC tem dado indicações de que a batalha contra a **inflação** em 2022 está perdida. No Relatório de **Inflação**, divulgado na última quinta-feira (24), a instituição apresentou suas projeções para o IPCA neste ano.

No cenário considerado mais provável, o BC calcula uma **inflação** de 6,3% -acima do intervalo de tolerância da meta (2% a 5%). Para a instituição, há 88% de chances de a **inflação** ficar acima dos 5%.

Mas, se as próprias projeções do BC indicam que 2022 está perdido, o órgão enxerga 2023 como o ano da virada. O BC projeta uma **inflação** de apenas 3,1% para o próximo ano -próximo da meta de 3,25%. No mercado financeiro, a expectativa está em 3,75%.

A visão dos economistas é de que a **inflação** vá desacelerar no próximo ano, com os juros mais altos e também com a recuperação limitada do **PIB** (Produto Interno Bruto). O mercado financeiro projeta uma alta no **PIB** de apenas 0,5% em 2021 e de 1,3% em 2023.

Com a economia em marcha lenta, o espaço para a remarcação de preços pelas empresas ficaria limitado.

Mailson da Nóbrega, porém, fala do risco de a **inflação** seguir acelerada. É um ambiente de muitas incertezas. Ainda há resquícios da pandemia influenciando os preços, e também a guerra na Ucrânia , diz.

Procurado pelo UOL , o Banco Central informou que não comentaria o conteúdo deste texto.

**Site:**

**<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/03/28/bc-perde-controle-da-inflacao-em-2022-e-mira-2023-o-que-deu-errado.htm>**

# 'Investimento público caiu aos níveis de 1940' - DIRETO DA FONTE - SÔNIA RACY



**SÔNIA RACY**

Muita gente ainda não se deu conta de que o grande responsável pelo forte crescimento do gasto público - e, portanto, pelo problema fiscal - é a disparada dos gastos previdenciários, notadamente em Estados e municípios. Ao fazer essa constatação para a coluna, o economista Raul Velloso acrescenta o que considera um desafio histórico: a falta de investimento público. Ele constata "um viés doentio antiinvestimento público" e discorda do ministro Paulo Guedes, que sonha trazer investimentos privados externos para substituí-lo.

Esse investimento, avisa, "não vem para cenários de incerteza.

Sem investimento público, que garanta produtividade, não há milagre".

Nesta entrevista a Gabriel Manzano, Velloso - uma das grandes cabeças das contas públicas do País - lembra-se de seu irmão mais velho, o ministro João Paulo dos Reis Velloso, que tocou o planejamento estratégico no regime militar de 1969 a 1979. Havia então planejamento estratégico. Mas os governos abandonaram esse foco. E a criação, por Bolsonaro, do Ministério da Economia deixou essa tarefa de lado".

A seguir, os principais trechos da conversa.

Há muita discussão e poucos avanços no debate sobre o "problema fiscal" brasileiro.

Existe uma receita para sair desse atoleiro?

O grande problema fiscal do País é o forte crescimento dos "gastos obrigatórios", notadamente nos Estados e municípios.

Eles dispararam de 2006 para cá. E a questão central são os gastos com a Previdência dos **servidores públicos**.

Veja só: nos municípios, entre 2011 e 2018, esse gasto subiu 12,5% ao ano. Nos Estados, de 2006 até 2018, foram 5,9%/ano. Nesse mesmo período o **PIB** cresceu 1,4% ao ano.

Um desequilíbrio grande...

Desse modo não há arrecadação que aguarde. Outro dado de peso: o dinheiro para investimentos públicos, em relação ao **PIB**, caiu muito, voltamos para os níveis vigentes na década de 1940. Como chegamos a esse ponto? Aí vem o (ministro Paulo) Guedes e diz que precisamos de investimento externo, que ele pode substituir o público na tarefa de desenvolver o País.

É a solução mais à mão?

Isso não é verdade. Ele é arredo.

O investidor privado não vai pôr dinheiro nisso sem garantia de retorno. Ele não entra num lugar sem certeza de regras claras, duradouras.

A reforma da Previdência federal estabeleceu prazos para Estados e municípios fazerem reformas e ajustarem suas contas.

Sim, mas isso tem evoluído de forma bastante lenta. Assim fica o temor de que, em Estados e municípios, se esgote o espaço para investimento, impedindo o crescimento e a desejada ampliação dos empregos. É

visível como o investimento público em infraestrutura desabou, enquanto o privado se manteve estável.

Se houvesse um equilíbrio, o investimento cresceria?

Aprovadas essas reformas, se abriria o espaço para investir mais. Só que, na prática, por motivos que não cabe aqui detalhar - como a forte resistência à mudança de parte de servidores atuantes -, o processo de ajuste tem evoluído de modo muito lento.

Como se resolve isso?

Em estudo que elaborei há cerca de um ano para 11 municípios paulistas de peso, constatei que, sem nenhuma mudança relevante nas previdências, a capacidade de investir acabaria, em Marília e Santo André, entre 2020/2021. Em São Vicente, este ano. Em Bauru e Jundiá, no ano que vem. Em Ribeirão Preto, em 2024. Entre 2025 e 2038, entrariam nessa lista cidades como Campinas, Santos e Sorocaba.

E São Paulo, que acabou de fazer uma reforma da previdência municipal?

Se nada tivesse sido feito, São Paulo perderia a capacidade de investir em 2029. Com as mudanças que, enfim, foram aprovadas pela Câmara, a Prefeitura paulistana agora terá a capacidade de investir, até 2036, R\$ 85,9 bilhões a mais do que teria se nada tivesse feito.

Uma cifra relevante, que mostra que há um caminho. |

**Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>**

# O antagonismo das ações governamentais para o setor químico nacional (Artigo)

**Soraya Thronicke -Senadora da República (MS), União Brasil**

A Presidência da República editou o decreto que reduz o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) em 25% com a intenção de que o consumidor encontre preços mais baixos no comércio, tenha acesso a bens de consumo e ao mesmo tempo, no intuito de incentivar a indústria nacional. Essa iniciativa, na medida em que reduz a carga tributária da indústria, aponta na direção certa e representa um fôlego para toda a cadeia produtiva do país, que sofre graves efeitos de dois anos de pandemia e desaceleração econômica mundial.

A pauta reflete uma das bandeiras da campanha de 2018 do governo Bolsonaro, da qual fiz parte, representando o estado do Mato Grosso do Sul, e também todas as pessoas que não aguentam mais a alta carga tributária nacional, e que buscam soluções para diminuição do tamanho do Estado e lutam pela liberdade econômica.

Na contramão do incentivo econômico anunciado recentemente, a Medida Provisória 1.095, de 31 de dezembro de 2021, representa a desaceleração da indústria química - o terceiro setor que mais contribui para o Produto Interno Bruto (**PIB**) do país - e, conseqüentemente, para a arrecadação de **impostos** que financiam políticas públicas. Assinada no final de 2021, a MP 1.095 marca a revogação do Regime Especial da Indústria Química (REIQ) - forma utilizada para equilibrar a balança desfavorável brasileira em relação ao mercado internacional desde 2013.

A justificativa do governo é que o "benefício fiscal" perdeu tempo suficiente para a efetivação de seus objetivos de fomento à atividade econômica contemplada. Um equívoco: o REIQ não é um benefício.

A medida foi tomada como forma de equilibrar a competitividade nacional.

Nos países em que a indústria química é potente, observa-se programas similares ao regime especial REIQ. É um setor intensivo em investimentos e que requer segurança jurídica e uma clareza quanto ao longo prazo para operar com eficiência. As decisões antagonicas em um mesmo governo refletem um

cenário no mínimo de instabilidade política, ou pelo menos, difícil de ser compreendido pela sociedade, considerando que ainda enfrentamos variantes da Covid-19, além de uma guerra entre Rússia e Ucrânia, podendo ter inúmeros reflexos na economia mundial e no Brasil. Além disso, estamos em pleno debate da **reforma tributária** no Congresso Nacional, com taxas de juros cada dia maiores, para conter a escalada do dólar e a **inflação**.

E apesar de "pensado" para perdurar até 2025 no Brasil, o REIQ já é visto como o principal alavancador do setor dos últimos anos, mesmo diante de um cenário de crise endêmica e econômica. Revogar o acordado pelo Governo Federal durante sua vigência, sem debater com a indústria nacional os impactos negativos desta ação, e propor soluções paralelas ou alternativas, e ainda, com aumento dos juros e diminuição do crédito na praça, pode significar uma redução drástica de investimentos e perda da relevância do setor para a economia brasileira. Um verdadeiro ciclo vicioso nefasto.

As previsões é que o setor químico brasileiro, que é o sexto maior do mundo, tenha uma forte queda econômica, com impacto de R\$ 5,5 bilhões no **PIB** brasileiro, pelos dados da FGV Projetos 2021. Ao se somar a essa perda de arrecadação o impacto devido ao efeito renda, a perda total de arrecadação anual seria de R\$ 3,2 bilhões. Mais grave ainda, a queda dos ganhos do setor impactará diretamente a vida dos 85 mil trabalhadores do segmento em um momento em que o principal objetivo do país é manter e aumentar empregos.

Elevar a carga tributária do setor químico, ou de qualquer setor econômico brasileiro, neste momento, é agravar ainda mais esse cenário desfavorável.

Temos uma das energias mais caras do mundo, décadas sem investimento em ferrovias, sucateamento das rodovias e, apesar dos avanços recentes na logística, temos muito ainda a evoluir para tornarmos as indústrias brasileiras capazes de competir no mercado global, pois os custos diretos e indiretos sobem diuturnamente, mesmo diante da maior crise sanitária mundial.

Aumentar **impostos** sempre foi a saída mágica dos governos anteriores. Precisamos mudar este triste

histórico, pois a sociedade não resiste mais a soluções imediatistas, sem pensarmos nas consequências futuras aos nossos filhos e netos. Não podemos mais fazer o mesmo, da mesma forma.

Tenho convicção que conseguiremos isso juntos, com união! Sociedade, Legislativo, Executivo e segmentos produtivos.

# Alíquota única do ICMS dos combustíveis e seu impacto (Artigo)

*Thiago Abiatar Lopes Amaral é sócio da área tributária do Demarest Advogados, LLM em Direito pela Northwestern Prietzker School of Law (Chicago, EUA)  
Paulo Henrique Ligori Figueiredo é advogado da área tributária do Demarest Advogados, graduado em Direito pela USP*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175)

# Menos de 10% de fundos de teles volta para o setor

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2)

# Preço da gasolina: o que pode mudar após queda do dólar, segundo economistas

Com a queda de 15% do dólar em relação ao real desde o início do ano, o consumidor brasileiro se pergunta: e a gasolina, vai agora ficar mais barata? A **inflação** vai perder força?

A BBC News Brasil perguntou a economistas e, segundo eles, os preços praticados pela Petrobras nas refinarias ainda estão defasados em relação ao mercado internacional, mesmo com a queda de preços do barril de petróleo e a valorização recente do real em relação ao dólar.

Assim, uma redução de preços pela empresa é improvável neste momento, dizem os especialistas.

Mas os analistas também não acreditam em nova alta para corrigir a defasagem atual - estimada entre 5% e 10%, ante quase 40% no início de março, quando o petróleo chegou próximo a US\$ 140 e o dólar ainda era negociado acima de R\$ 5.

Quanto aos efeitos na **inflação** em geral, há quem defenda que seria necessário um dólar em queda por período mais longo para que a mudança do câmbio tenha efeitos em itens como alimentos e bens industriais.

E mesmo quem acredita que a queda já dura tempo relevante admite que, quando o dólar sobe, os repasses são sempre mais rápidos do que quando ele cai.

Existe uma resistência maior dos empresários em dar descontos, observa Rafaela Vitória, economista-chefe do Banco Inter.

Entenda o atual cenário para o preços dos combustíveis, o que leva Brasil a ter gasolina mais cara do que seus vizinhos da América do Sul e o que esperar da **inflação** em geral, diante do atual cenário de queda do dólar.

Gasolina pode ficar mais barata com queda do dólar?

Os especialistas aqui são unânimes: neste momento, isso é improvável.

Étore Sanchez, economista-chefe da gestora de recursos Ativa Investimentos, lembra que, em primeiro lugar, é preciso diferenciar preços da Petrobras e

preços dos combustíveis na bomba.

A Petrobras controla os preços nas refinarias, o começo da cadeia da gasolina que chega aos postos. A gasolina vendida nas refinarias é de tipo A e não possui etanol. Já a gasolina que se compra nos postos é de tipo C, com a adição de etanol feita pelas distribuidoras.

Segundo estimativa da Petrobras, o peso da gasolina comercializada pela empresa no preço final do produto vendido ao consumidor é de cerca de 38%, com o restante do preço formado pelo custo do etanol adicionado, **impostos** e a margem de distribuição e revenda.

A gasolina A não tem ainda um potencial de queda, ainda vemos uma defasagem com relação ao preço internacional, mesmo com o câmbio cotado abaixo de R\$ 4,80, diz Sanchez.

Segundo o economista, a defasagem está atualmente em cerca de 7%, comparado a quase 40% no pior momento desse ano, quando o barril de petróleo do tipo Brent bateu em R\$ 139, maior valor em 14 anos.

No cálculo da defasagem, os economistas comparam os preços da Petrobras com o valor da gasolina no Golfo Pérsico, região onde é produzido o maior volume de petróleo do mundo, fazendo a conversão cambial entre os dois valores.

A Petrobras adotou o chamado PPI (Preço de Paridade de Importação) em 2016, após anos praticando preços controlados, sobretudo no governo de Dilma Rousseff (PT). O controle de preços era uma forma de mitigar a **inflação**, mas causou grandes prejuízos à petroleira.

Vemos uma defasagem entre 5% e 10%, tanto no diesel, como na gasolina na média da última semana. É uma defasagem relativamente baixa e que a Petrobras deve carregar ainda por um tempo, para observar a tendência das duas variáveis [petróleo e câmbio], diz Rafaela Vitória, do Inter.

O cenário mais provável hoje é de uma estabilidade dos preços. Parando de subir, a **inflação** tende a perder força, mas uma queda dos preços da gasolina na bomba, com o petróleo ainda próximo dos US\$

110, é difícil , afirma a analista.

Quanto ao pacote de medidas aprovadas em março no Congresso para tentar frear a alta dos combustíveis, as leis que criam um fundo para estabilização de preços e auxílios para categorias como motoristas de aplicativo, taxistas e entregadores foram aprovadas no Senado, mas ainda precisam passar pela Câmara.

Já a mudança do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) sobre combustíveis, aprovada nas duas casas, ainda está travada na etapa da regulamentação pelos Estados, que devem perder bilhões em arrecadação com a medida.

Por que gasolina é mais cara no Brasil do que nos vizinhos?

Segundo os especialistas, são dois os motivos principais: a política de preços de cada país e a carga de **impostos**.

Países que têm gasolina muito mais barata do que a do Brasil, como Venezuela e Argentina, praticam intervenções estatais nos preços, como subsídios pesados no caso venezuelano e congelamento de valores, no caso argentino.

Conforme o levantamento mais recente do projeto Global Petrol Prices, feito em 21 de março, o Brasil tem atualmente a segunda gasolina mais cara entre as principais economias sul-americanas, atrás apenas do Uruguai.

Cada país tem uma política de preço diferente e uma tributação diferente , diz Pedro Rodrigues, sócio da consultoria CBIE Advisory e diretor do CBIE (Centro Brasileiro de Infraestrutura).

Na Venezuela, por exemplo, a PDVSA (petroleira estatal venezuelana) praticamente dá a gasolina para as pessoas de graça. Há um subsídio muito grande da estatal ao combustível, ao ponto que o litro da gasolina na Venezuela custa mais barato que um litro de água , observa.

Já a Argentina congelou preços para controlar a **inflação**, impedindo os agentes do setor de reajustar valores , acrescenta.

Segundo Rodrigues, no entanto, esse tipo de política é problemática. Cria artificialidades, leva a desabastecimento e gera incentivos econômicos errados , afirma.

Rodrigues observa que a tributação reflete diferentes entendimentos das sociedade sobre o uso de combustíveis.

Nos Estados Unidos, por exemplo, a taxaçoão de combustíveis é baixa, por ser um país cuja economia é muito centrada no automóvel, que definiu até mesmo o modelo de urbanização das cidades. Já o Reino Unido tributa pesadamente os combustíveis fósseis, a partir de um entendimento de que seu uso precisa ser desincentivado, priorizando o transporte público.

Política tributária não tem pior ou melhor, é uma questão de escolha da sociedade , diz Rodrigues.

Segundo ele, no Brasil, uma **reforma tributária** poderia, por exemplo, reduzir a tributação do diesel, gás de cozinha e energia elétrica, já que são bens essenciais.

E a **inflação**, pode melhorar com a queda do dólar?

Aqui, os economistas têm visões diferentes, mas acabam todos admitindo que o efeito para a **inflação** deve ser pouco.

No curtíssimo prazo, o câmbio bate na **inflação** através dos combustíveis, devido à política de paridade de preços , explica Sanchez, da Ativa Investimentos. Como não estamos vendo potencial para reajuste baixista [da gasolina], mesmo com o alívio do câmbio, por essa via não deve haver impacto.

Já para as cadeias onde o câmbio tem influência por caminhos mais longos - como a importação de componentes que entram em produtos industriais e as commodities agrícolas usadas na ração animal -, seria necessário um real valorizado por mais tempo para que houvesse impacto favorável, avalia o economista.

Sanchez estima que o dólar deve chegar ao fim de 2022 cotado a R\$ 5,40, pois, na avaliação dele, o nível atual, abaixo de R\$ 5,80, não é compatível com os fundamentos da economia brasileira, como a frágil situação das contas públicas do governo federal.

Já Rafaela Vitória, do Banco Inter, projeta um dólar a R\$ 5 no fim do ano e acredita que o câmbio já está em baixa a tempo suficiente para ter um efeito positivo na economia, posto que ele fechou 2021 cotado a quase R\$ 5,60 e acumula três meses de queda, chegando a R\$ 4,75 na sexta-feira (25/3).

Podemos falar num impacto positivo sim, é uma queda já de três meses , afirma.

Mas vale lembrar que, quando o dólar sobe, os repasses são mais rápido do que quando o dólar cai. Para baixo, existe uma resistência maior. Historicamente, mesmo em períodos de valorizações mais significativas e duradouras [do real em relação ao

dólar] o impacto é menor do que quando acontece uma depreciação do câmbio , acrescenta a economista.

É doloroso subir preços, mas uma vez que subiu, dar descontos é ainda mais difícil.

Sabia que a BBC está também no Telegram?  
Inscreva-se no canal .

Já assistiu aos nossos novos vídeos no YouTube ?  
Inscreva-se no nosso canal!

**Site:**

**<http://www.correio braziliense.com.br/brasil/2022/03/4996338-preco-da-gasolina-o-que-pode-mudar-apos-queda-do-dolar-segundo-economistas.html>**

# Governos agem para minimizar impacto dos preços de energia



Idiana Tomazelli

A disparada nos preços de petróleo e energia deflagrou uma reação global para minimizar o impacto sobre empresas e consumidores. Ao menos 29 países lançaram medidas para amortecer o impacto, segundo a OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

O rol de medidas é diversificado, mas grande parte das iniciativas está concentrada em cortes temporários de **tributos** e transferências de renda às famílias, sobretudo as mais vulneráveis, para ajudar no pagamento da conta de luz ou com livre destinação.

Entre os países que reduziram taxas ou **tributos** sobre eletricidade, estão Alemanha, Bélgica, Itália e Polônia. Na Europa, quase metade da energia elétrica é gerada a partir de gás, carvão ou petróleo, e dois terços da matriz energética como um todo são atrelados a fontes não renováveis.

A Coreia do Sul, por sua vez, decidiu cortar alíquotas cobradas sobre combustíveis como gasolina, diesel e gás de cozinha. Medida semelhante foi anunciada na quarta (23) no Reino Unido, e a discussão também ganha força nos EUA.

Na Espanha, uma das medidas foi a taxação de lucros considerados excessivos obtidos por geradoras de energia. Os recursos recolhidos são usados para financiar ações que assegurem preços mais factíveis aos consumidores.

Países como Áustria, França, Irlanda e Reino Unido recorreram a transferências a famílias de menor renda. Os formatos são variados e vão de pagamentos únicos a prestações mensais, condicionadas ou não ao uso para quitar contas de energia ou aquecimento durante o inverno europeu.

A ampla variedade de medidas mostra que o Brasil não está isolado na busca por soluções para o aumento dos preços de energia e combustíveis.

A decisão da Petrobras de conceder um megacorte de 24,9% no diesel, 18,8% na gasolina e 16,1% no gás de cozinha, no dia 10, contribuiu para inflamar ainda mais os pedidos por uma tomada de atitude -em um ambiente já contaminado pelo clima eleitoral. O governo Jair Bolsonaro (PL) já adotou parte do receituário, com aval do Congresso a uma desoneração completa de PIS/Cofins sobre diesel, gás de cozinha e querosene de aviação. A isenção será aplicada até o fim do ano e custará R\$ 16,6 bilhões.

O projeto também prevê uma mudança na cobrança do ICMS estadual sobre o diesel. A expectativa do Ministério da Economia é que essa alteração resulte em alívio adicional nas bombas, mas a medida é criticada pelos governadores, que veem perda de arrecadação perto de R\$ 14 bilhões em 12 meses.

Apesar da desoneração inicial do diesel, diferentes atores políticos defendem o lançamento de ações adicionais.

Além de criticar a política de preços da companhia, que acompanha as oscilações de preços do petróleo no mercado internacional, Bolsonaro sinalizou a possibilidade de desonerar também a gasolina. A medida custaria R\$ 27 bilhões e foi criticada pelo secretário especial de Tesouro e Orçamento, Esteves Colnago.

"Há essa pressão [para desonerar gasolina]. Entendemos que não é uma boa política, pois você está atendendo um pessoal de classe média alta", disse na terça (22).

Já o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), defendeu a instituição de um subsídio direcionado a algumas categorias, como motoristas de aplicativo,

taxistas e famílias de baixa renda.

Há ainda ministros da ala política do governo que apoiam a criação de um subsídio direto aos preços dos combustíveis, a exemplo do que foi feito no governo Michel **Temer** (MDB) após a greve dos caminhoneiros. A subvenção era paga diretamente a distribuidores e importadores que vendessem o combustível a um preço de referência informado pelo governo.

O ministro Paulo Guedes (Economia) já admitiu que, se a guerra da Rússia contra a Ucrânia se prolongar, o governo terá de lançar mão de medidas adicionais para amortecer os efeitos da alta dos combustíveis. Enquanto isso, porém, ele e sua equipe tentam adiar a discussão e ganhar tempo, em meio à ausência de uma direção única dentro do governo sobre o tema.

A esperança da equipe econômica é que o conflito chegue ao fim, aliviando a pressão sobre as cotações internacionais do petróleo e do dólar.

No âmbito técnico, a avaliação é que, caso haja necessidade de atuação adicional, a melhor opção é uma transferência de renda temporária e direcionada aos mais atingidos.

O professor Edmar Almeida, do Instituto de Energia da PUC-Rio, afirma que os mecanismos recomendados pela OC DE para países em que a indústria energética conta com participação privada, como é o caso do Brasil, são a criação de um imposto variável -maior quando o preço de energia está baixo e menor quando há alta no mercado- ou transferências de renda diretamente aos consumidores.

"Essa discussão está mal canalizada no Brasil O Brasil volta e meia quer discutir o problema do preço do combustível, mas o reflexo das autoridades públicas é pensar num subsídio para todo mundo, como foi feito no diesel em 2018", diz Almeida.

"O subsídio não foi para o caminhoneiro que fez a greve, foi para todo o mundo, inclusive para dono de SU V. Esse caminho não é o adequado." Para o especialista, é inviável financiar um subsídio que resulte em um desconto efetivo nas bombas. Nos cálculos de Almeida, para baixar os preços de diesel e gasolina em R\$ 1, o custo seria de R\$ 100 bilhões- sem garantia de que toda a redução seria repassada aos consumidores.

"No fim das contas, teríamos um desconto de 15% ou menos, custando mais que todo o Auxílio Brasil. É uma discussão sem pragmatismo. Vamos gastar mais que todo o dinheiro gasto para combater a pobreza no país para obter um desconto mínimo?"

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49863&anchor=6452884&pd=e31ff5989d49d72ef3bd23069c55daed>**



## Países subsidiam energia e cortam imposto

### Alemanha

- Redução da sobretaxa de energia renovável
- Previsão de pagamento único de uma ajuda para famílias de baixa renda e estudantes, para ajudar na conta de luz

### Áustria

- Transferência única de € 150 em dezembro de 2021 para famílias
- Transferência adicional de € 150 a desempregados e grupos vulneráveis em janeiro de 2022
- Pausa em cobrança de contribuição verde sobre conta de luz, com alívio entre € 60 e € 100

### Bélgica

- Ampliação da elegibilidade à tarifa social de eletricidade, de 500 mil para quase 1 milhão de famílias
- Desconto único de € 100 na conta de luz no início de 2022
- Redução de tributo sobre eletricidade, de 21% para 6%, de 1º de março até 1º de julho de 2022

### China

- Liberação de reservas de petróleo
- Medidas para assegurar suprimento de carvão a usinas de geração de energia

### Coreia do Sul

- Redução de 20% nos tributos sobre gasolina, diesel e GLP entre novembro de 2021 e abril de 2022

### Dinamarca

- Injeção de recursos em programas sociais
- Ajuda de € 504 a 320 mil famílias de menor renda afetadas por alta nos preços do gás usado em aquecimento

### Espanha

- Cortes de tributos sobre geração de energia e contas de luz
- Teto para preços de gás e garantia de suprimento mínimo de eletricidade para 11,5 milhões de famílias de menor renda
- Taxação de lucros excessivos em geradores de energia e uso dos recursos para manter preços baixos a consumidores
- Ampliação no bônus social a 1,2 milhão de famílias vulneráveis para pagar conta de luz, até 31 de março de 2022
- Ampliação no benefício de aquecimento para famílias vulneráveis, no valor médio de € 90

### Finlândia

- Legislação reduziu valor permitido para distribuição de lucros de empresas e fixou teto menor para reajuste de tarifas de energia, de 15% para 8%

### França

- Teto temporário para aumentos em energia no fim de 2021 e em 2022
- Voucher de € 100 para pagamento de conta de luz a 5,8 milhões de famílias
- Transferência de € 100 a 38 milhões de pessoas com ganho líquido de até € 2.000 mensais

### Grécia

- Ampliação dos subsídios à energia elétrica a todas as 4,2 milhões de famílias e também a empresas

### Índia

- Corte de impostos sobre consumo de petróleo e diesel

### Irlanda

- Transferência única de € 2.100 a 2 milhões de consumidores de energia elétrica
- Transferência única de € 125 para subsidiar aquisição de combustível a 390 mil beneficiários
- Redução temporária de 20% na tarifa de transporte público, de abril até fim do ano

### Itália

- Redução de tributos sobre gás natural e energia elétrica

### Japão

- Criação de novo subsídio para distribuidoras para compensar a contenção de reajustes
- Apoio a famílias de baixa renda e setores como agricultura, pesca e transporte

### Portugal

- Nova lei permite ao governo limitar margens de lucro em gás e combustíveis, mas implementação enfrenta dificuldades
- Subsídios para consumo de combustíveis: € 0,10 por litro (até 50 litros) até março de 2022, a um custo de € 133 milhões
- Suporte a transporte de passageiros: € 190 por táxi licenciado e € 1.050 por ônibus, até março de 2022, com custo de € 14,5 milhões

### Reino Unido

- Transferência de £ 350 à maioria das famílias para ajudar a pagar conta de luz
- Redução de tributos sobre combustíveis por 12 meses

# Lollapalooza: tributos e protestos na retomada

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# BC terá de rever plano de voo se expectativas piorarem, diz Berriel

*Alex Ribeiro De São Paulo*

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=1&section=1)

# Precisamos entender o futuro dos jovens

## (Artigo)



**FÁTIMA SOUSA** Enfermeira sanitária, professora associada do Departamento de Saúde Coletiva, da Faculdade de Ciências da Saúde, da Universidade de Brasília. Doutora honoris causa pela Universidade Federal da Paraíba e pós-doutora pela Université du Québec à Montréal

Durante a última semana, diversos jornais deram destaque à pesquisa realizada em parceria pela Universidade de São Paulo (USP) e pelo Instituto de Estudo e Pesquisa (Insper), conduzida pelos professores Luciano Salomão e Naercio Menezes Filho, e publicada no final de fevereiro, que demonstrou, estatisticamente, os efeitos positivos da educação em municípios brasileiros.

Os pesquisadores criaram um indicador de qualidade do ensino, denominado Ideb- Enem, construído pela integração de dois tipos de dados: (1) a porcentagem de alunos que se matriculam no 1º ano do ensino fundamental na idade ideal (6/7 anos) e conseguem completar o ensino médio dez anos depois; e (2) a

nota média desses alunos no Enem. Eles investigaram as relações da variação desse indicador nos municípios entre 2009 e 2019 com outros três aspectos: as mudanças do número de homicídios, do número de matrículas no ensino superior e do número de novos empregos.

Entre os resultados mais interessantes está a confirmação de que a quantidade de jovens que prestou o Enem aumentou entre 2009 e 2016, mas depois declinou até 2019. O novo indicador Ideb-Enem aumentou entre 2009 e 2014 em todas as regiões. O mais impressionante, entretanto, é a demonstração matemática de que o crescimento de um ponto no Ideb-Enem esteve associado a uma diminuição de 25% nos homicídios, um aumento de 15% nas matrículas em cursos superiores e um notável aumento de 200% na geração de empregos.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram que, nos últimos 20 anos, a educação brasileira vinha passando por uma significativa transformação positiva de investimento em educação, que variou de 3,8% do PIB, em 1994, a 5,6% em 2014. Um estudo do Observatório do Legislativo Brasileiro (OLB/UERJ) demonstrou que os investimentos em educação e ciência do governo Bolsonaro nos três últimos anos foram os mais baixos no Brasil desde o ano 2000. O Ministério da Educação (MEC) tem este ano um pequeno aumento para R\$ 3,45 bilhões em investimentos, valor muito aquém do apresentado entre 2009 e 2015, que variou de R\$10 bilhões a R\$ 20 bilhões.

Por isso, nosso primeiro desafio é conseguir um orçamento digno para os investimentos em educação. Um grande esforço político precisará ser feito ante a nova Câmara Federal para dobrar a porcentagem do Produto Interno Bruto (PIB) investido, atualmente na casa dos 3,5%, visando aproximá-lo dos valores investidos por países com os melhores resultados em educação. Essa mudança orçamentária tornaria possível o cumprimento da meta de universalização do ensino médio presente em nossa Constituição; facilitaria, por exemplo, a integração prevista na lei do ensino municipal e estadual, compondo uma espécie de Sistema Único da Educação. Permitiria também mais investimentos na formação e na remuneração dos docentes, com a criação de um plano de carreira nacional para o ensino fundamental e o médio.

Entretanto, os desafios não se resumem à questão orçamentária. A realidade da educação tem causas, sobretudo, estruturais, e o enfrentamento de questões estruturais só pode ser feito com base em decisões políticas social e cientificamente orientadas. As pastas ministeriais e das diversas secretarias de Educação nas três esferas de governo têm sido ocupadas repetidamente por pessoas leigas, que pouco ou nada conhecem de pedagogia e sistemas educacionais. Daí, a necessidade de revigorar os conselhos de educação, que, como as demais instâncias de controle social, foram esvaziados pelo atual governo, quando não simplesmente dissolvidos. Isso inclui uma mais ampla garantia de retomada das políticas compensatórias de ingresso nas universidades e nos institutos federais.

Outro desafio a ser mais profundamente discutido com a sociedade é o fato de existir uma descentralização da operacionalização da educação, que permite a diversificação dos processos de ensino-aprendizagem, mas uma centralização da avaliação, que desconsidera os contextos.

Permanecem também a questão da "promoção automática" no ensino fundamental, independentemente do desempenho, e a da criação e difusão, em todo o território nacional, de escolas públicas de tempo integral, que, comprovadamente, protegem as crianças contra ambientes de violência e abuso domiciliar, e melhoram o desempenho escolar.

As eleições de 2022 poderão ser um divisor de águas para uma governança da educação nacional, de forma que possamos nos próximos cinco anos discutir dados ainda mais impressionantes que os alcançados pela pesquisa da USP/ Insper e, assim, contribuir para uma sociedade em que a esperança continue a habitar o coração da juventude.

# Brasileiros esperam mais inflação, perda do poder de compra do salário e desemprego



A percepção dos brasileiros em relação a importantes indicadores da economia sofreu uma deterioração, segundo dados do Datafolha. O cenário traçado pela maioria é de mais **inflação**, perda do poder de compra do salário e risco de desemprego.

A pesquisa Datafolha foi realizada com 2.556 eleitores em 181 cidades de todo o país, na terça (22) e na quarta-feira (23). A margem de erro é de dois pontos percentuais, para mais ou menos. Em comparação ao levantamento feito em dezembro do ano passado, ocorreu uma reviravolta para pior nos resultados.

No caso da **inflação**, houve um forte aumento no número de brasileiros que esperam alta. Nesta pesquisa, 74% declaram acreditar que a carestia vai aumentar nos próximos meses. Em dezembro, esse contingente era 46%.

O cenário atual aproxima-se do identificado no repique da pandemia, em dezembro de 2020 e março de 2021, quando, respectivamente, 74% e 77% dos entrevistados estimavam que a **inflação** iria aumentar.

Naquele momento, os preços de alimentos começaram a refletir de maneira mais contundente a alta na cotação de matérias-primas, como soja e milho, e também era forte o aumento de custos de insumos e produtos industriais por causa da ruptura das cadeias de fornecimento em nível global.

O IPCA-15 de março, prévia mensal do índice oficial de **inflação**, divulgado na sexta (25), corrobora a perspectiva de que os próximos meses tendem a ser de repique inflacionário.

O indicador veio muito acima das projeções. Ficou em 0,95%, o maior patamar desde março de 2015.

Analistas consultados pela agência Bloomberg esperavam avanço de 0,85%.

O resultado foi puxado por aumento no preço de alimentos, um efeito da seca que prejudicou a última safra. Mas também começou a refletir parte da forte alta no preço dos combustíveis, provocada pelo aumento no barril de petróleo na esteira dos efeitos da guerra na Ucrânia.

Também voltou a ser maioria o contingente que prevê perda no poder de compra.

Em dezembro, 36% acreditavam que o poder de compra iria ser preservado, enquanto 35% esperavam melhora. Um contingente menor, 25%, projetava que haveria redução no poder de compra.

O Datafolha de março identifica uma reversão. A parcela que espera melhora do poder de compra caiu para 27%, e 29% acreditam que vai ficar se manter como está. Em contrapartida, 40% projetam perda do poder de compra.

O patamar é similar ao visto em agosto e setembro do ano passado, quando indicadores apontaram que o rendimento dos brasileiros estava num nível historicamente deprimido.

No trimestre até outubro de 2021, a renda média real recebida pelos trabalhadores ocupados foi estimada em R\$ 2.449 Por mês -o valor mais baixo de todos os trimestres da série iniciada em 2012 na Pnad Continua do IBGE (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

Também chama a atenção a súbita piora na percepção sobre o futuro do emprego.

Em dezembro, o contingente que previa alta na desocupação chegou a empatar com a parcela que projetava melhora na oferta de empregos, 35% cada um. No Datafolha de março, porém, 50% projetam piora no mercado de trabalho e 20% acreditam que pode haver melhora. Trata-se de outra reversão de tendência.

A taxa de desemprego encostou em 15% no trimestre encerrado em março de 2021, sob o efeito do repique

da pandemia. Naquele mês, o pessimismo com a economia bateu recorde na série do Datafolha, com dois em cada três brasileiros prevendo piora no cenário. Houve um pico, 79%, prevendo piora na oferta de vagas.

Na sequência, divulgações do IBGE mostram uma progressiva redução do desemprego. Com a vacinação e a volta progressiva das atividades presenciais, a taxa de desemprego recuou para 11,1% no quarto trimestre de 2021. No trimestre encerrado em janeiro deste ano, por sua vez, ficou em 11,2%.

Como há defasagem na divulgação dos dados oficiais, será preciso esperar as próximas pesquisas sobre o mercado de trabalho para identificar se houve reversão nas contratações que explique o súbito pessimismo.

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49863&anchor=6452884&pd=e31ff5989d49d72ef3bd23069c55daed>**

# China e Rússia usam crise para engatilhar uma nova ordem mundial (financeira) - MARCOS DE VASCONCELLOS

## MARCOS DE VASCONCELLOS

A guerra na Europa e o desencadear da pandemia de Covid-19 são o bastante para que as referências ao ano de 2022 ocupem algumas páginas nos livros de história no futuro próximo. Algumas linhas terão de ser dedicadas ao engatilhar de uma Nova Ordem Mundial financeira, pela China e pela Rússia.

Antes que isso vire história, é bom estar atento e se preparar para uma tremenda mudança no cenário econômico.

Com a alta histórica do petróleo, a China caminha para não mais pagar por ele em dólares. Querem negociar em yuan (a moeda local). Alvo das sanções econômicas do Ocidente desde que invadiu a Ucrânia, a Rússia seguiu pelo mesmo caminho. Querem receber e pagar em rublos e estudam até mesmo operar em bitcoin.

A cronologia torna tudo mais interessante. Vamos refrescar a memória: Em janeiro de 2020, as autoridades chinesas identificaram um novo tipo de coronavírus, afetando humanos, com alto índice de transmissão e letalidade.

Fronteiras foram bloqueadas, lockdowns foram decretados, e, para tentar aquecer a economia, o banco central dos Estados Unidos acionou suas impressoras e despejou dólares e mais dólares no mercado.

O volume de impressões foi tamanho, que, em dezembro de 2021, 80% dos dólares existentes haviam sido impressos nos 22 meses anteriores.

A inundação de dinheiro americano cobrou o seu preço, com uma **inflação** descontrolada atingindo os mais diferentes mercados. Os EUA e outras economias, como o Brasil, aumentaram taxas de juros, de forma a tentar drenar o fluxo de dinheiro, e passaram a competir com o setor privado pelo crédito.

Em janeiro de 2022, quando a **inflação** sinalizava arrefecer, a Rússia invadiu a Ucrânia, gerando uma crise de abastecimento de petróleo, fertilizantes, trigo

e outros insumos essenciais para a economia global.

A nova onda de **inflação** atingiu em cheio as economias emergentes, como nós, com as perspectivas de falta de insumos. E não há aumento de taxa de juros que corrija isso.

Justamente nesse momento, em que o mundo tenta digerir o enorme fluxo de dólares e, ao mesmo tempo, sofre com a falta de insumos, a China e a Rússia caminham para vender petróleo sem a moeda americana.

A Arábia Saudita, terceiro maior exportador de petróleo (levando em conta o bruto e o refinado) do mundo, está em "intensas negociações" com Pequim para fixar o preço de parte de suas vendas em yuans, noticiou a Dow Jones.

Uma semana depois dessa notícia, Vladimir Putin anunciou que a Rússia deixará de aceitar pagamentos em dólares ou euros pelo fornecimento de petróleo e gás à União Europeia e aos Estados Unidos.

Só em 2020, a Rússia exportou US\$ 122 bilhões (R\$ 579,73 bilhões) em petróleo (bruto e refinado) e a China, US\$ 24,3 bilhões (R\$ 115,47 bilhões). Somados, dão o **PIB** de uma Hungria, ou de meio Chile.

Vale notar que o mais duro golpe contra a dolarização da economia veio justamente do país onde teve início a pandemia e daquele que deu o pontapé inicial na guerra da Ucrânia.

O estrategista do Credit Suisse Zoltan Pozsar, que já foi executivo do Fed (Federal Reserve, o banco central dos EUA) já afirmou que a crise das commodities desencadeada pela guerra e pela pandemia estava dando origem à Nova Ordem monetária Mundial, que vai enfraquecer o sistema baseado em dólar.

Sáímos do "padrão ouro" para o "padrão dólar" e, agora, caminhamos para o "padrão commodity".

Como, principalmente após os anos 1970, passamos a "dolarizar" a nossa economia, todo golpe no dólar é

sentido na precificação de tudo, ou quase tudo, no Brasil. Assim como dolarizar os investimentos é bom para fugir das altas da moeda dos EUA, explorar novos mercados deverá ser o passo essencial do investidor atento na economia global.

Estudar o comportamento do mercado de BDRs (papéis que representam ações de outros países) e commodities é um bom começo

**Site:**

**<https://acervo.folha.com.br/digital/leitor.do?numero=49863&anchor=6452884&pd=e31ff5989d49d72ef3bd23069c55daed>**

# O Brasil na nova ordem mundial (Editorial)

A guerra na Ucrânia é o evento geopolítico mais importante desde a queda do Muro de Berlim. A disseminação do liberalismo por meio da retroalimentação entre a democracia e a economia de mercado está ameaçada: em 30 anos, o mundo nunca esteve tão distante do Fim da História, na fórmula otimista de Francis Fukuyama, e tão próximo do Choque de Civilizações, na visão pessimista de Samuel Huntington. Como disse ao Estadão o economista Martin Wolf: "Começamos a nos mover para uma era de conflitos geopolíticos entre democracias e autocracias".

A questão é quão longos, amplos e profundos eles serão.

No pior cenário, o mundo será rachado em dois blocos, o democrático, liderado por EUA e Europa, e o autocrático, liderado por China e Rússia. A desconfiança, não só entre esses blocos, mas em seu interior, pode intensificar o populismo e a corrida nacionalista, balcanizando a economia global. As hostilidades podem escalar para uma 3.<sup>a</sup> guerra mundial e, no limite, uma hecatombe nuclear: não o "Fim da História", mas algo muito próximo do fim do mundo.

Por outro lado, os blocos podem se equilibrar. Sem abrir mão de seus regimes políticos, ambos poderiam combinar segurança e abertura econômica, e cooperar em objetivos como a paz mundial e o combate à crise climática ou à fome. No melhor cenário, a crise pode dar um novo senso de propósito à democracia, a ordem liberal pode ser revigorada no Ocidente e, gradualmente, as forças liberais nas potências autocráticas podem desencadear a erosão do totalitarismo.

O certo é que o liberalismo político e econômico terá de provar resiliência.

Há mais de uma década a democracia está em recessão e a autocracia em ascensão. China e Rússia expandem seu aparato de controle e se mostram mais desabridas em suas ambições imperialistas, enquanto as democracias no Ocidente têm sido vulneradas por aventuras populistas e autoritárias. A globalização sofreu golpes severos: a crise de 2008, as guerras comerciais de Donald Trump, a pandemia e, agora, a guerra.

A alta nos preços de energia e alimentos conduz a uma estagflação - mais ou menos prolongada,

conforme o desfecho da guerra. "Acho que haverá uma 'desglobalização' entre os países ocidentais e Rússia e a China", argumentou Wolf. "Os outros países terão de decidir como vão manter relações comerciais." A economia brasileira será relativamente pouco afetada. Nem EUA nem China vão querer interferir diretamente no País. A indústria do Brasil talvez siga pouco dinâmica e integrada, mas as suas commodities são importantes para ambos os lados. A exportação de alimentos é vital para o mundo e deve ser, na medida do possível, preservada.

Entre os desafios econômicos estão a estabilidade monetária e financeira e o controle da **inflação** e da dívida das empresas em dólar. "O País tem ido bem nessa área, mas não sei quanto isso vai durar com o populismo", advertiu Wolf. "O Brasil precisa de uma liderança melhor." A crise intensificou a importância das eleições. "Gostaria de ver um líder jovem, com as ideias certas, competente, que diz a verdade aos brasileiros e tenta uni-los para usar o imenso potencial que o Brasil tem." Como disse o analista geopolítico Gideon Rachman, para a crise na Ucrânia há três opções: "Uma guerra prolongada; um compromisso de paz; ou um golpe na Rússia. Conte com o primeiro, trabalhe pelo segundo e tenha esperança no terceiro". Em relação à ordem mundial, pode-se dizer algo análogo: conte com o acirramento entre o bloco democrático e o autoritário, trabalhe por um compromisso entre eles e tenha esperança no reflorescimento das liberdades.

Em todo caso, o Brasil tem grandes responsabilidades a assumir e muito trabalho à frente.

Como disse Wolf, "minha visão sempre foi a de que 90% do que determina o sucesso do Brasil são as decisões feitas pelos brasileiros: a qualidade de seus líderes". Dada a tradição diplomática do Brasil e sua posição na ordem geopolítica e econômica, esse diagnóstico é tão realista quanto alvissareiro. Mas, dada a qualidade dos líderes de intenção de voto, o prognóstico é extremamente desafiador.

**Site:** <https://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# No Brasil, novos temporais trazem velhos problemas (Editorial)

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Arrocho salarial

**CÁSSIA ALMEIDA E ANA FLÁVIA PILAR\***  
*economia@og1obo.com.br*

Veja a matéria no site de origem:

<https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Guerra puxa commodities e balança pode ter recorde

**Marta Watanabe De São Paulo**

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175)

# Combate à covid na China afeta equilíbrio das commodities

Veja a matéria no site de origem:

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/187175?page=10&section=2)

# Reforma ministerial

Acaba nesta semana o prazo para que os ministros interessados em concorrer a cargos eletivos em outubro deixem o governo. De acordo com o presidente Jair Bolsonaro, essa definição ocorrerá na próxima quinta-feira ? a data final é 2 de abril. Ao menos 10 titulares de pasta devem sair. São eles: Damares Alves (Mulher, Família e Direitos Humanos), Tarcísio de Freitas (Infraestrutura), Gilson Machado (Turismo), Flávia Arruda (Secretaria de Governo), Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional), Onyx Lorenzoni (Trabalho e Previdência), Tereza Cristina (Agricultura), Braga Netto (Defesa), João Roma (Cidadania) e Marcos Pontes (Ciência, Tecnologia e Inovações).